

## O Velho e o Novo no Brasil na perspectiva de Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda

The Old and the New in Brazil from the perspective of Caio Prado Jr. and Sérgio Buarque de Holanda

Gustavo de Castro Patricio de Alencar

**RESUMO:** Este artigo procura investigar o desenvolvimento, no pensamento social e político brasileiro, de imagens que procuram distinguir o velho e o novo e as maneiras de se transitar de um para o outro. Esse tema remonta à origem da sociologia, estando presente nos clássicos Marx, Durkheim e Weber. Nos textos clássicos das interpretações de nosso país, essa temática se apresenta de forma específica e particular. Para adentrar esse debate, iremos apresentar as perspectivas de Sérgio Buarque de Holanda e de Caio Prado Jr., buscando observar de que maneira a temática do velho e do novo aparece na obra deles.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociologia do Brasil, Intérpretes do Brasil, Modernização, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Pensamento social brasileiro

**ABSTRACT:** This article aims to investigate the development, within Brazilian social and political thought, of concepts that seek to distinguish the old from the new and the ways to transition from one to the other. This theme dates back to the origins of sociology, being present in the classics of Marx, Durkheim, and Weber. In the canonical texts interpreting our country, this topic appears in a specific and unique manner. To delve into this debate, we will present the perspectives of Sérgio Buarque de Holanda and Caio Prado Jr., aiming to observe how the theme of the old and the new emerges in their works.

**KEYWORDS:** Sociology of Brazil; Interpreters of Brazil; Modernization; Sérgio Buarque de Holanda; Caio Prado Jr.; Brazilian social thought.

### Introdução

A discussão sobre o velho e o novo é parte constitutiva de questões sociológicas presentes desde o nascedouro dessa ciência. Renan Springer de Freitas (2010) demonstra como essa temática é central ao dizer que “distinguir o velho do novo e mostrar como se transita de um para outro são, sabidamente, desafios que sempre moveram o pensamento sociológico” (FREITAS, 2010, p.

337). Na argumentação de Freitas, o antagonismo entre velho e novo é um tema ainda mais fundamental na vasta obra de Max Weber, atingindo “uma centralidade sem paralelo (FREITAS, 2010, p. 337)” no autor alemão. Os contornos da temática do referido par de oposição – velho e novo – está situada em Weber, na argumentação do autor (FREITAS, 2010), na passagem do tradicionalismo para o advento de um novo tipo de homem. Deste modo, a transição da tradição para o moderno, do velho para o novo, é um tema fundamental para o pensamento sociológico desde o início da disciplina.

O foco deste artigo está em discutir a distinção entre o velho e o novo e como passar de um para o outro no pensamento social e político brasileiro de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. A sociologia do Brasil, as interpretações feitas sobre o país e a configuração do nosso pensamento social refletem discussões mais amplas da teoria social mundial. A proposta do presente texto é refletir sobre como essa temática se apresenta em dois autores centrais para a sociologia do Brasil – Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. – para que se possa perceber as particularidades dos debates em torno da modernização brasileira. Para isso, serão analisadas algumas de suas obras a partir do contraste entre o velho e o novo e como transitar de um para o outro.

É importante ressaltar que as interpretações do Brasil não ficam circunscritas apenas ao âmbito universitário e debate acadêmico. As teses a respeito do Brasil, as percepções a respeito do que fomos, de quais são os nossos dilemas e desafios e o que podemos ser enquanto país circunscrevem-se nas práticas sociais de agentes que estão envolvidos com disputas sociais e ideológicas capazes de orientar a ação política. Desse modo, ao se diagnosticar o que há de velho no Brasil e o que de novo pode e deve surgir, constrói-se um pensamento político que intencionalmente ou não impacta os debates sobre os rumos concretos que o país deve seguir. André Botelho (2019) situou o problema na sociologia brasileira ao dizer que:

As interpretações do Brasil existem e são relidas no presente, não como supostas sobrevivências do passado, mas orientando as escolhas de pessoas e imprimindo sentido às suas experiências coletivas. Elas constituem um espaço social de comunicação entre diferentes

momentos da sociedade, entre seu *passado* e *futuro*, e é por isso que sua pesquisa pode nos dar uma visão mais integrada e consistente da dimensão de processo que o nosso próprio *presente* ainda oculta (BOTELHO, 2019, p. 218).

A distinção entre o velho e o novo é, portanto, uma questão central para os debates sobre a identidade nacional e sobre diferentes projetos de país. Situar o nosso passado e seus dilemas, bem como projetar um futuro em que algumas dificuldades do Brasil possam ser superadas implica em compreender o nosso próprio tempo e interpretá-lo de uma maneira geral buscando seus sentidos e determinações. As interpretações do nosso país realizadas por importantes nomes do nosso pensamento social e político pode fornecer ferramentas profícuas para situar esse debate em termos mais aprofundados. Vejamos como o tema está presente em Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.

### ***Geração de 1930***

Antônio Cândido em seu famoso prefácio de 1967 ao livro *Raízes do Brasil* afirmou serem Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda uma trilogia fundamental para se compreender o Brasil. O autor afirma que sua geração aprendeu a pensar o Brasil a partir de livros como *Raízes do Brasil*, *Formação do Brasil contemporâneo*, *Casa Grande & Senzala*. Deste modo, Antônio Cândido diante do prestígio acadêmico que possuía, canonizou esses autores que passaram a ser considerados cânones do pensamento social brasileiro a serem lidos de forma comparativa como representantes interpretações incontornáveis. Antônio Cândido entende que esses três autores são capazes de “expressar a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930” (CANDIDO, 2016, p. 355), o que conferiu ainda mais prestígio à obra desses três clássicos que passaram a serem lidos de forma comparativa e se destacaram como os autores de sua geração que mais teria contribuído para a reflexão sobre a realidade social brasileira. O contexto da geração de 1930, traz questões muito próprias do período, que dizem respeito à busca de uma identidade nacional, construídas em bases diferentes daquelas típicas de narrativas naturalistas a respeito do país de momentos precedentes. Nesse sentido, a discussão sobre o

processo de mudança da sociedade brasileira— a passagem do antigo e velho para o moderno e novo - era uma questão central do período.

O pensamento social e político desenvolvido na década de 1930 possui ligações diretas com o movimento modernista. O modernismo organizou intelectuais que se dedicavam a tarefas que extrapolavam os objetivos específicos da arte e da literatura, como a interpretação geral do Brasil capaz de fornecer um sentido de nação criada a partir de novas bases. Diante de uma sociedade em intensas mudanças como um processo industrialização emergente e a transferência de elites agrárias para centros urbanos que se desenvolviam com mais intensidade no início do século, que passava a ser valorizada em sua especificidade e particularidade ao mesmo tempo em que suas contradições e mazelas eram apresentadas. Sobre o modernismo, André Botelho e Maurício Hoelz afirmam que

Como movimento cultural, os próprios protagonistas do modernismo precisaram se ocupar desde sempre da construção de sentido para suas ações coletivas e realizações artísticas e culturais, além da produção da própria memória do movimento e do seu legado para a sociedade brasileira como um todo. Até porque pretenderam operar uma ruptura com o que entendiam ser a cultura brasileira hegemônica e reorientar não apenas seu significado histórico, a inteligibilidade do que afirmavam como “novo”/ “moderno” e “velho”/“atrasado”, mas os seus rumos em curto e médio alcances (BOTELHO; HOELZ, 2022, p. 29).

Nesse sentido, a geração de 1930 produziu uma sociologia do Brasil que buscava estipular quadros interpretativos mais amplos da condição nacional a partir de uma identidade que conferisse um sentido para o país. Este gênero ensaístico procurou narrar o Brasil a partir de uma avaliação de nossa história e possíveis maneiras de superar os problemas identificados em nossa sociedade. Ao mesmo tempo em que se perde parte do rigor das dissertações e teses contemporâneas, os ensaios permitiram aos seus autores narrativas que produziam uma interpretação total da sociedade com uma perspectiva ampla. Em tais ensaios, a indicação do velho que existe no Brasil e um novo que surgirá compõe um elemento constante das interpretações de nossa sociedade

produzidas na década de 1930. A seguir será mostrado como isso ocorre em Sérgio Buarque de Holanda e posteriormente em Caio Prado Jr.

### ***Velho e Novo em Sérgio Buarque de Holanda***

*Raízes do Brasil* foi adjetivado por Antônio Cândido como um clássico de nascença em seu tradicional prefácio de 1967. Ler e interpretar um clássico tantas vezes estudado impõe a necessidade de conectar a análise a um conjunto de interpretações já estabelecidas por uma comunidade de pesquisadores e pesquisadoras que se debruçaram sobre o livro. Isso significa que aqui não será apresentada uma leitura inédita do livro de Sérgio Buarque de Holanda, mas articular uma certa maneira de interpretar uma questão: como se dá a relação entre o velho e o novo no livro *Raízes do Brasil*? Entendemos que essa é uma questão central que atravessa todo o ensaio de Sérgio Buarque. Conrado Pires de Castro compreende que *Raízes do Brasil* se desdobra a partir da tensão entre distintas temporalidades na qual “tem início a explicitação dos impasses colocados pela emergência de novos horizontes históricos” (CASTRO, 2016, p. 421) que buscam romper com o passado rural.

O livro *Raízes do Brasil* passou por modificações profundas entre sua primeira versão de 1936 e a última revisada pelo autor em 1969. Sabe-se que na edição de 1936 o autor se mostrava desconfiado das ideias liberais presentes então no Brasil, argumentando que tais valores não se adequavam ao contexto do país. Já em 1969, em uma situação histórica distinta, Sérgio Buarque retira passagens, acrescenta parágrafos e modifica algumas frases e palavras importantes para valorizar os ideais liberais que contavam com muito mais prestígio nessa época (ROCHA, 2012; FELDMAN, 2016; BASTOS, 2016; EUGÊNIO, 2011). Desse modo, será analisada a edição de 1969 do livro *Raízes do Brasil* por ser a última transformação que o autor empreendeu em sua obra, portanto, é a que melhor expressa a forma mais acabada de seu pensamento.

No primeiro capítulo, intitulado “Fronteiras da Europa”, Sérgio Buarque aponta para um fato decisivo da identidade nacional que diz respeito à “tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de

condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar” (HOLANDA, 2016, p. 39). Desse contraste entre cultura europeia fixada em um território hostil surge a constatação de que “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 2016, p. 39). Para Sérgio Buarque, a herança ibérica, considerada uma zona fronteira e de transição entre a Europa e a África, é um elemento central das nossas características que se apresentam na forma daquilo que o autor chama de “cultura da personalidade”. Nessa “região indecisa”, onde estão situados Portugal e Espanha, surge um elemento original que é a “importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana” (HOLANDA, 2016, p. 41).

Para Sérgio Buarque, o personalismo é responsável por produzir uma estrutura social frouxa em que são impossibilitados acordos coletivos estáveis. Desse modo, o autor começa a delinear, em sua obra, as características daquilo que será responsável pelo atraso que permeia a sociabilidade brasileira, já que “a falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno” (HOLANDA, 2016, p. 43). É na tradição, e não na modernidade, que se encontram as raízes dos problemas sociais existentes no Brasil; ao mesmo tempo que é essa tradição que nos fornece os elementos centrais da nossa identidade. O novo é identificado pelo autor, ainda no capítulo primeiro, como a preponderância de formas racionais de organização social, que não se sustentam em uma sociedade tradicional, velha, em que predomina o personalismo:

Nas nações ibéricas, à falta dessa racionalização da vida, que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes, o princípio unificador foi sempre representado pelos governos. Nelas predominou, incessantemente, o tipo de organização política artificialmente mantida por força exterior, que, nos tempos modernos, encontrou uma das suas formas características nas ditaduras militares (HOLANDA, 2016, p. 51).

Se falta a nós a racionalização presente em terras protestantes, também estão ausentes a ética de valorização do trabalho e o “apreço à atividade

utilitária” (HOLANDA, 2016, p. 53), identificados como elementos novos associados à modernidade. Para Sérgio Buarque, “entre espanhóis e portugueses, a moral do trabalho representou sempre fruto exótico” (HOLANDA, 2016, p. 53), de forma que o trabalho regular e contínuo – tema que será melhor traçado no capítulo dois do livro – não assenta suas bases em nossa sociedade. Logo no primeiro capítulo, portanto, Sérgio Buarque associa o “velho” a elementos de nossa tradição cultural ligada à frouxidão das instituições, ao personalismo e sua consequente valorização do prestígio da pessoa, à aversão à impessoalidade burocrática e a ausência de uma coesão social rígida.

No capítulo 2, Sérgio Buarque logo de início afirma que os portugueses foram pioneiros na conquista do Novo Mundo, mas que “essa exploração não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono” (HOLANDA, 2016, p. 61). Esse fato advém da constatação de que existem “dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens” (HOLANDA, 2016, p. 62): o aventureiro e o trabalhador, sendo que o primeiro predomina entre nós em detrimento do segundo. O ideal do aventureiro é o obter o máximo de resultado com o mínimo de esforço já que despreza os intermediários e tudo aquilo que não objetiva diretamente o ponto de chegada. O trabalhador, por sua vez, se preocupa mais com o processo do que com o resultado final do esforço. Seu ideal é um trabalho lento e seguro, mas que obtém recompensa no longo prazo em decorrência da constância e regularidade.

É na colonização ibérica que se verifica “o gosto da aventura” responsável por um conjunto de “fraquezas” que tiveram “influência decisiva em nossa vida nacional” (HOLANDA, 2016, p. 67). O tema do velho e do novo aparece nesse capítulo, portanto, a partir do contraste entre formas de trabalho e produção arcaicas incapazes e aventureira de um lado e, de outro, formas modernas, eficientes e racionais de organização. Faltou ao Brasil o

desenvolvimento dos elementos modernos de racionalidade encarnados no trabalhador metódico e disciplinado.

Para Sérgio Buarque de Holanda, é em 1888 que se tem um “marco divisório” fundamental a ponto de esta “data assum(ir) significado singular e incomparável” (HOLANDA, 2016, p. 119) a inaugurar elementos novos de uma modernidade que passava a se instalar no Brasil. Esta modernidade, novos modos de realizar negócios e uma nova configuração das cidades convivem com um modo de ser velho fazendo do Brasil uma terra de contrastes:

A própria instabilidade das novas fortunas, que ao menor vento contrário se desfaziam, vinha dar boas razões a esses nostálgicos do Brasil rural e patriarcal. Eram dois mundos distintos que se hostilizavam com rancor crescente, duas mentalidades que se opunham como o racional se opõe ao tradicional, ao abstrato o corpóreo e o sensível, o cidadão e cosmopolita ao regional ou paroquial. A presença de tais conflitos já aparece denunciar a imaturidade do Brasil escravocrata para transformações que lhe alterassem profundamente a fisionomia. Com a supressão do tráfico negreiro dera-se, em verdade, o primeiro passo para a abolição de barreiras ao triunfo decisivo dos mercadores e especuladores urbanos, mas a obra começada em 1850 só se completará efetivamente em 1888 (HOLANDA, 2016, p. 128).

O velho, rural, patriarcal, imaturo e escravocrata de um lado; o triunfo, os especuladores urbanos, a modernização, o novo de outro. Um negócio comandado por fidalgos teria tomado lugar no Brasil, se opondo a formas modernas de administração empresarial pautadas pelo princípio da impessoalidade e da burocracia.

É no capítulo 5 que Sérgio Buarque delineia os contornos do conceito que dará fama ao autor mesmo fora do ambiente acadêmico – homem cordial – e fará avançar a discussão feita até então a respeito do velho e do novo. A partir de uma perspectiva liberal, o autor sustenta que existe uma ruptura entre a esfera individual e particular da esfera pública e coletiva. A ampla presença dos valores particulares, dos vínculos familiares e a predominância dos interesses



privados é o que se apresenta como velho na sociedade brasileira. Isso se dá em âmbitos distintos da vida social, cultural e econômica brasileira.

No capítulo, o autor demonstra como o velho e o novo, atrelado a predominância dos vínculos familiares, se dá na esfera da produção e do trabalho. A relação entre empregador e empregado pode se estabelecer em velhas bases ou em novas bases de acordo com sua argumentação. Se nas “velhas corporações o mestre e seus aprendizes e jornaleiros formavam como uma só família”, nos modernos empreendimentos industriais existe uma necessidade separação entre empregadores e empregados que “suprimiu a atmosfera de intimidade que reinava entre uns e outros” (HOLANDA, 2016, p. 247). As velhas relações de trabalho são pessoais, afetivas e familiares, as novas relações são impessoais, caracterizadas por um trabalho voltado a objetivos exclusivamente econômicos. A modernização do país, e a entrada do novo, dependeria da ruptura de velhas relações envolvendo trabalho/produção. Essa ruptura enfrentou dificuldades, pois “aqui e ali, mesmo nas grandes cidades, algumas dessas famílias ‘retardatárias’” (HOLANDA, 2016, p. 248) insistem no predomínio dos valores da vida doméstica. Famílias que “tendem a desaparecer ante as exigências imperativas das novas condições de vida” (HOLANDA, 2016, p. 248) que surgiam em uma sociedade na qual o trabalho de escravizados foi abolido e o assalariado e industrial ganhava força nos centros urbanos.

Sérgio Buarque, associa o velho ao predomínio que as relações familiares de tipo patriarcal possuem na vida social brasileira, impedindo “a formação e evolução das sociedades segundo conceitos atuais” (HOLANDA, 2016, p. 249). O predomínio de “velhos laços caseiros” (HOLANDA, 2016, p. 250) em uma sociedade assentada em bases familiares sólidas, faz com que esse tipo de laços seja levado para situações em que não devem ser levados: a esfera profissional, as relações de mercado e a gestão do Estado. Como consequência, desenvolve-se uma mentalidade familiar patriarcal oposta aos princípios igualitários que devem predominar em sociedades moderna marcadas por princípios universais e abstratos. No Brasil velho, os assuntos públicos se

tornam particulares, a polidez e rituais religiosos são preteridos em nome da intimidade com os santos e divindade e a camaradagem se apresenta amplamente no âmbito dos negócios.

Todas essas características fazem parte do que Sérgio Buarque denomina “Homem Cordial”. Essa cordialidade seria a característica principal de nossa identidade, nossa contribuição para a civilização (HOLANDA, 2016, p. 254). Para o homem cordial, a ideia de interesses abstratos, objetivos e coletivos não possuem a devida sedimentação. No lugar desses valores tipicamente modernos, abunda entre nós a amizade, ou inimizade, e tudo aquilo que vem do íntimo, do familiar e do privado (HOLANDA, 2016, p. 266). Com a discussão do homem cordial, Sérgio Buarque demonstra como o velho, o arcaico e a herança tradicional se apresentam em diversos padrões de convívio humano baseados na cordialidade, ou seja, nos padrões personalistas advindos da família patriarcal. Uma velha ética que conduz a formas de convívio emotivas, em oposição a ética moderna de fundo racional.

Nos capítulos finais de seu livro, Sérgio Buarque, demonstra os descompassos existentes no processo de entrada do Brasil na modernidade e as ambiguidades decorrentes desse fato. O autor identifica no Brasil características que Max Weber associa ao tradicionalismo em seu livro *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Essa ética tradicional, católica no argumento de Weber, vê o trabalho como uma condenação, um castigo imposto aos homens que o enfrentam como um arbítrio da natureza. Desse modo, a atividade laboral, nessa mentalidade arcaica, é encarada apenas como uma necessidade a ser cumprida. Muito diferente do que ocorre com a ética protestante, caracterizada pela valorização do trabalho, que é entendido como um chamado, uma vocação que deve ser conduzida com a devida disciplina e dedicação. Essa ética seria estranha ao Brasil. Deste modo, Sérgio Buarque de Holanda se vale da sociologia weberiana não para destacar como uma religião e cultura orienta éticas econômicas particulares, mas para denunciar nosso apego a tradição.

A presença do atraso advindos do modo de ser cordial provoca efeitos para a consolidação de nossa democracia já que o autor afirma que “a

democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido” (p. 281). Para Sérgio Buarque de Holanda, as ideias impessoais do liberalismo democrático foram transportadas para cá por uma aristocracia rural que procurou adaptá-las a seus próprios privilégios. Os ideais democráticos e liberais não desenvolveram guarida na sociedade brasileira caracterizada pelo predomínio da cordialidade e do personalismo. As ideologias que serviram, no contexto europeu, para sustentar a luta da burguesia contra a aristocracia não se naturalizaram entre nós, já que foram incorporadas à “situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa” (HOLANDA, 2016, p. 281).

Daí o diagnóstico do autor de que no Brasil ainda vivenciamos “adolescência política e social” (HOLANDA, 2016, p. 280). É com a chegada da família real em 1808 que “novos horizontes” e “ambições novas” perturbaram a vida rural e os privilégios dos senhores de terra. Esses seriam os Novos Tempos anunciados pelo autor no título do capítulo, em que novas relações – reforçadas, depois da chegada da família real portuguesa, pela independência e pelas crises vivenciadas durante o período regencial – fazem com que o velho mundo rural entre em declínio. No entanto, nada se cria de realmente novo, uma vez que toda intelectualidade que se desenvolve para refletir esses processos se mostram, para o autor, como “conservadora e senhorial” (HOLANDA, 2016, p. 288). No próximo e último capítulo, “Nossa Revolução”, ele, enfim, avança na discussão a respeito da relação entre o velho e o novo no Brasil.

Sérgio Buarque inicia sua argumentação nesse capítulo retomando a ideia de que a Abolição em 1888 e a Proclamação da República no ano seguinte marcaram o fim do predomínio agrário e a abertura para uma “revolução lenta, mas segura e concertada”, capaz de instaurar uma nova composição social (HOLANDA, 2016, p. 301). A Abolição foi capaz de fazer cessar o funcionamento de “alguns dos freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas”, para criar um “terreno para um novo sistema, com seu centro de gravidade não já os domínios rurais, mas nos centros urbanos” (HOLANDA, 2016, p. 301). Sendo assim, ela se torna o marco entre duas épocas: uma

anterior e velha – cujo centro era o mundo agrário dos senhores rurais – e uma nova época urbana, que já estava em desenvolvimento desde o século XIX.

Sérgio Buarque identifica as raízes ibéricas, o personalismo e agrarismo como sendo o velho a ser superado e o “mundo das cidades” como o novo que irá causar o cataclismo, ainda que lento, na antiga ordem: “é deliberadamente que se frisa aqui o declínio dos centros de produção agrária como o fator decisivo da hipertrofia urbana” (HOLANDA, 2016, p. 303). Esse processo, longo e lento, já se mostrava em curso desde a metade do século XIX, quando ocorreu uma diminuição da importância da lavoura do açúcar em detrimento da lavoura do café. Os cafeicultores, principalmente do Oeste paulista, foram entendidos pelo autor como agentes modernizadores da sociedade brasileira, pois os produtores de café precisavam de uma quantidade de terras e capitais menor, fazendo com que as propriedades se fragmentassem. Se, no século XIX, a lavoura do café ainda emulava os engenhos de açúcar, no século XX ela se desvencilha desse modelo e assume formas mais modernas, tornando-se um empreendimento especificamente econômico (HOLANDA, 2016, p. 306).

Além disso, a Abolição promoveu a inserção do trabalho remunerado no Brasil. É na produção do café – muito próxima da lógica da indústria moderna – que esse trabalho vai se inserir de forma definitiva, sobretudo com a abertura para uma sociabilidade voltada para o centro urbano. A lógica senhorial é alterada, já que os senhores de terra se parecem mais com donos de empresa. E isso irá culminar na pouca inserção que os antigos proprietários de terra terão nas instituições políticas republicanas, como Sérgio Buarque sustenta na passagem abaixo:

Os velhos proprietários rurais tornados impotentes pelo golpe fatal da Abolição e por outros fatores não tinham como intervir nas novas instituições. A República, que não criou nenhum patriarcado, mas apenas uma plutocracia, se assim se pode dizer, ignorou-os por completo. Daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a casta de homens que no tempo do Império dirigia e animava as instituições, assegurando ao conjunto nacional certa harmonia que nunca mais foi restaurada. [...] A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social de que as instituições

republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, até agora, por nada de novo (p. 309).

Desse modo, verifica-se que a cordialidade tão associada ao mundo rural iria ser superada por uma urbanização em curso no Brasil. Esse movimento social gradual e presente desde o Império é o motor da revolução brasileira, cujo objetivo é dissolver o passado agrário. Botelho e Brasil Jr. afirmam que “[...] Sérgio Buarque reforçou seu argumento de que a ‘cordialidade’ tenderia a se dissolver com o avanço da urbanização. Podemos dizer que ele levou a sério a possibilidade de que o urbano pudesse trazer algo ‘novo’ e ‘original’ [...]” (BOTELHO; BRASIL JR., 2016, p. 416). O novo, portanto, viria do mundo urbano que passa a se apresentar ao longo da história do país.

Sérgio Buarque sustenta que vivemos entre dois mundos “um definitivamente morto e outro que luta por vir” (HOLANDA, 2016, p. 318). O velho e o novo marcam a dicotomia de tipos de contrapostos, na expressão de Fernando Novais (1995), do qual o livro está recheado – “o ibérico e o saxônico, o espanhol e o português, o rural e o urbano, o sementeiro e o ladrilhador, o trabalho e a aventura”. Para superar esse impasse, o autor, inspirado no naturalista Herbert Smith, agora apresenta a necessidade de uma “revolução vertical”. Esse conceito não possui o sentido de uma ruptura estrutural, em que as bases da sociedade são solapadas, mas advém “da superação do passado colonial do país rumo a uma modernidade”. Como esse passado, o homem cordial e o personalismo constituem nosso modo de ser, sendo aspectos de nossa identidade construída até então, tal revolução deve ser gradual e lenta, envolvendo acomodações e adaptações que Sérgio Buarque expressa a partir do empréstimo das palavras de Herbert Smith quando diz que a revolução “quando vier, venha placidamente e tenha como remate a amalgamação, não o expurgo, das camadas superiores; camadas que, com todas as suas faltas e os seus defeitos, ainda contam com homens de bem” (HOLANDA, 2016, p. 319).

O trabalho de Sérgio Buarque de Holanda termina em um impasse, uma espécie de aporia. Fernando Novais sustenta que a conclusão do livro – expressa em seu último capítulo – é apenas insinuada e não formulada de forma explícita, mas que se pode resumir em um dilema colocado pelo historiador nos seguintes termos: “ou nos modernizamos, e deixamos de ser o que somos; ou nos mantemos como somos, e não nos modernizamos” (NOVAIS, 2001). No entanto, esta aporia é apenas aparente. Isso porque, entendemos que está muito bem-posto na retórica do autor a existência de um passado agrário com reflexos na cultura e política que deve ser superado por uma revolução lenta que traz novidades. Indo mais longe, concordamos que, entre o homem cordial (velho) e civilidade (novo), Holanda aposta nesta última como um elemento positivo de nossa revolução. Feldman sustenta que com as modificações feitas na segunda edição do livro “em vez de um contraponto irresolvido, a ambiguidade era substituída pela ênfase em uma revolução cujo caráter ‘vertical’ sugeria a erradicação das velhas raízes e um novo enraizamento cultural e político” (FELDMAN, 2016, p. 447). O velho precisa passar, e por isso entende-se o passado agrário, para o novo surgir, o estabelecimento de uma modernidade com princípios racionais nos critérios weberianos.

Com isso, Sérgio Buarque aponta para a necessidade de – ainda que com permanências e contradições – o Brasil entrar em uma modernidade caracterizada pelo predomínio de princípios impessoais e racionais. Em que pese as modificações profundas que obra *Raízes do Brasil* passou ao longo de mais de três décadas, consideramos Bastos (2016) preciso quando afirma: “desde a primeira edição de *Raízes do Brasil* está presente a visão do autor da necessidade de superação da cultura personalista para a configuração de uma sociedade moderna” (p. 410). Com isso, a modernização, o novo, chega e o velho, passado agrário, homem cordial que responde pelo atraso brasileiro, é superado. Vemos assim, na retórica do autor, uma posição crítica a respeito dos elementos constitutivos da identidade nacional nos termos que ele identifica. As características que mais informam quem somos – cordialidade e cultura personalista – são criticadas pelo autor que não vê em nossa sociabilidade e

vida cultural aspectos positivos a serem conservados, mas resquícios de um passado que precisa desaparecer.

### **Caio Prado Jr.**

Caio Prado Jr. figura entre os clássicos das interpretações do Brasil. Paulista, nascido em 1907 e falecido em 1990, ele é um dos principais historiadores brasileiros, responsável por teses de central relevância para o pensamento social e político do país. Caio Prado Jr. desenvolveu a história econômica do Brasil através de suas interpretações pioneiras, que trouxeram uma concepção marxista como chave interpretativa da sociedade e da história. Seus livros são incontornáveis para se compreender os sentidos do velho e do novo em nosso país.

Caio Prado Jr. pensa o Brasil, assim como Sérgio Buarque de Holanda, a partir de uma perspectiva histórica e identifica uma mudança em curso que nos leva de uma sociedade agrária (exportadora) para uma que se torna cada vez mais urbana e industrializada. Sua abordagem materialista histórica o leva a tomar caminhos diferentes de Sérgio Buarque, mas sem perder de vista o embate entre velho e novo no Brasil que se apresenta já em sua primeira obra da década de 1930, chamada *Evolução Política do Brasil* (1933), e que atravessa tantas outras, como *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), *História Econômica do Brasil* (1945) e *A Revolução Brasileira* (1966).

Na contramão da grande maioria das interpretações do Brasil realizadas no período, devido sua perspectiva marxista, ele entende que o processo de colonização brasileira se deu dentro do modo de produção capitalista. Sendo assim, a economia colonial não poderia ser designada como feudal, já que o Brasil nasceria no interior de uma conjuntura global do desenvolvimento do capitalismo europeu. Prado Jr. busca na história do Brasil as chaves interpretativas do presente e projeta um futuro revolucionário para o país, a partir do qual se percebe sua maneira de pensar o velho e o novo com base em contornos singulares. Será demonstrado de maneira geral como o tema do velho e do novo se apresenta em sua obra da década de 1940, *Formação do Brasil*

*Contemporâneo*, e em suas reflexões sobre a revolução brasileira realizada em 1960, que deram origem ao livro *A Revolução Brasileira*.

Logo nas primeiras páginas da sua obra mais conhecida, *A Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor apresenta seu modo de pensar o velho e o novo no Brasil. Para ele, o Brasil contemporâneo se define por um passado colonial que dura três séculos, tendo seu encerramento no século XVIII, e os processos que sucederam esse passado se iniciam no século XIX e vão até o momento da escrita do seu livro. Caio Prado Jr. considera que o advento do novo do Brasil ocorre no início do século XIX por conta da transferência da família real portuguesa, da emancipação política e de uma transformação “decisiva em nossa evolução”, com desdobramentos para o âmbito político, social e econômico (PRADO JR., 2011, p. 7). Com o século XIX, “entramos então em nova fase. Aquilo que a colonização realizara, aquele ‘organismo social completo e distinto’ constituído no período anterior, começa a se transformar, seja por força própria, seja pela intervenção de novos fatores estranhos” (PRADO JR., 2011, p. 9). Embora as mudanças que fazem surgir uma nova sociedade se dilatam do século XIX até a década de 1940, algo do passado continua persistindo, uma vez que “atrás daquelas transformações [...] sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar que não é senão aquele passado colonial” (PRADO JR., 2011, p. 9).

Cada capítulo de *Formação do Brasil Contemporâneo* é dedicado a descrever algum dos aspectos de nosso sistema colonial. No entanto, os aspectos desse sistema estão subordinados a um fator de essencial relevância, algo que revela qual é o nosso sentido, uma vez que “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’” (PRADO JR., 2011, p. 15). Para Caio Prado Jr., apresentar esse sentido é necessário para que o historiador apreenda o todo que deve ser o seu objetivo último. Esse todo dá unidade às diversas particularidades e, no caso do Brasil, pode ser explicitado pela nossa colonização, resumida pelo autor da seguinte maneira:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes;



depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fosse o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país [...] Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. [...] O *sentido* da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial deste quadro que se apresenta em princípios do século passado, e que passo agora a analisar (PRADO JR, 2011, p. 29).

O Brasil é, portanto, resultante de um empreendimento internacional que procurou colonizar os trópicos. Esse fato, nas palavras de Caio Prado Jr., “explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos” (PRADO JR., 2011, p. 28). E é dessa forma que o livro é conduzido capítulo a capítulo: demonstrando como que, a depender dos interesses internacionais, a economia, a política e aspectos da vida social brasileira iriam se modificar ao longo do tempo. Como diz Bernardo Ricupero, “o peso da exploração da colônia seria enorme; repercutiria sobre as dimensões mais diferentes da vida, afetando a estrutura social, a organização política e as formas culturais então existentes” (RICUPERO, 2011, p. 425).

Desse modo, a vida social brasileira será decorrente do empreendimento colonizador, cujo elemento central é o trabalho de escravizados utilizado para abastecer o mercado externo. Para o autor, existe um setor orgânico e um inorgânico na formação social brasileira, cujas relações entre um e outro e de cada qual com o todo do sistema colonial serão centrais para compreender a dualidade que caracteriza o país (PEREIRA; BARROSO, 2016; FERREIRA, 2008). A escravidão, na argumentação dele, constitui o “setor orgânico da sociedade colonial” (PRADO JR., 2011, p. 364), o mais fecundo, responsável por constituir “a base do único setor organizado da sociedade colonial”

(PRADO JR., 2011, p. 365). No grande empreendimento colonial a escravidão foi capaz de organizar a produção e articular a exploração. O efeito da escravidão seria que “o trabalhador fosse tratado como não muito mais que um mero instrumento de trabalho” (RICUPERO, 2011, p. 425), de forma que seu papel seria de um passivo reprodutor da lógica colonial, na argumentação do autor. A escravidão e a articulação social em torno dela são associadas às forças conservadoras e do velho no Brasil e do “sentido da colonização”.

Partindo da interpretação de Ricupero (2011) e outros trabalhos (PEREIRA; BARROSO, 2018; FERREIRA, 2008), é no setor inorgânico, muito diferente do setor orgânico da escravidão, que Caio Prado Jr. identifica elementos de uma nova sociedade. A possibilidade de o Brasil sair da colônia para a nação estaria associada a uma outra parcela da sociedade que se organiza a partir de outras bases. O setor inorgânico— ao contrário do orgânico, que se baseia na estrutura escravocrata —volta-se para o mercado interno, ainda que de forma precária e desorganizada. À margem de uma sociedade que tem sua econômica sustentada quase que na totalidade pela produção de mercadorias a serem exportadas para o centro metropolitano, surge um setor desarticulado e pouco coeso, “aquela parte da população que o constitui e que vegeta à margem da vida colonial” na qual a “inorganização é aí a regra” (PRADO JR., 2011, p. 365). Trata-se uma multidão instável que se volta para atividades produtivas de gêneros agrícolas e que está na borda do sistema orgânico da grande exploração e do trabalho de escravizados. Para Ricupero (2011):

Caio Prado Jr. defende que, apesar de residual e marcado pela desorganização, é dele, do setor inorgânico, que se deve partir para constituir uma nação. Assim, a transformação social prepararia o caminho e até anteciparia as mudanças políticas que passam a ocorrer durante o século XIX no Brasil [...] Mas apesar dos impasses, Caio Prado Jr. acredita que o setor inorgânico deve ter papel decisivo na transformação do Brasil no sentido de superação da colônia. Fica evidente, aqui sua originalidade (RICUPERO, 2011, p. 428).

Sendo assim, por mais que haja elementos controversos e incoerentes nessa massa inorgânica<sup>1</sup> que habita o país, é das contradições de sua existência que o sistema colonial brasileiro se envolve em dilemas que sua própria estrutura não é capaz de solucionar. Com relação a esse setor, “não se pode nem ao menos falar em ‘estrutura social’, porque é a instabilidade e incoerência que o caracterizam” (RICUPERO, 2011, p. 428), e é a partir dele que será estruturado algo diferente no sistema colonial. Desse modo, abre-se espaço para algo novo no país, para a possibilidade de uma nação com uma identidade voltada para si.

O fio condutor desse processo pouco preciso se dá no interior de uma infraestrutura que não é mais suficiente para sustentar a estrutura que alicerçou durante o período colonial. Esgotadas as possibilidades materiais e concretas do velho sistema colonial, seria necessário a substituição por algo novo. A estrutura política colonial não foi capaz de promover adaptações significativas, já que o objetivo do poder instaurado era apenas administrar uma grande empresa colonial e não desenvolver uma organização social e política própria. Com isso, “o império lusitano não será um desdobramento natural da nação”, na argumentação de Caio Prado, mas apenas uma maneira de fazer um negócio (RICUPERO, 2011, p. 385). Por isso, a emancipação política, o processo de independência, que ocorre no início do século XIX advém não como uma ideia, mas pelas necessidades materiais e concretas de estabelecer uma forma política adaptada a novas circunstâncias:

Tudo isso provém, direta ou indiretamente, daquele sistema colonial, e são todos estes pequenos conflitos, somados uns aos outros, que porão a sociedade colonial em ebulição, preparando o terreno para sua transformação. O sentido desta será no de solucionar tais conflitos, pondo termo às contradições profundas do sistema donde provêm; harmonizando-as com elementos novos que vão surgir no próprio processo das oposições em jogo, e tirando a esta a razão de ser. Tais

---

<sup>1</sup> É necessário destacar que décadas depois essa parte da população será estudada de forma sistemática por diversas pesquisas dentre as quais se destaca a obra de Maria Sylvia de Carvalho Franco: *Homens livres na ordem escravocrata*.

elementos novos constituirão a transformação esperada (PRADO JR., 2011, p. 388).

A transformação esperada e a vinda do novo advêm das contradições, das relações de força e dos conflitos do próprio sistema colonial que “renovarão os quadros econômicos e sociais da colônia” (PRADO JR, 2011, p. 388). Essas contradições estão relacionadas à cisão entre proprietários e comerciantes, decorrente do maior papel das classes dominantes no sistema colonial, e às questões étnicas resultantes da situação de exclusão dos escravos e dos indígenas e do papel político por eles assumidos ao longo do período colonial, bem como aos arbítrios e abusos da administração colonial que promoviam constantes embates com a população. É, portanto, o desgaste e a corrosão do sistema colonial que irão abrir espaço para novas estruturas. O velho no Brasil é um passado colonial que fez com que o país se voltasse prioritariamente para abastecer as necessidades do mercado externo. Esse tema é aprofundado em uma obra que o autor escreve mais de 20 anos depois, chamada *A Revolução Brasileira*. Ela será explicitada a seguir, a partir da temática do contraste entre o velho e o novo.

Inspirado pela circunstância do golpe de 1964, Caio Prado Jr. escreve em 1966 *A Revolução Brasileira* como uma resposta à esquerda brasileira do período, que teria cometido erros de avaliação, de acordo com o autor. Embora o contexto do livro seja o movimento político em curso na década de 1960, não é possível entendê-lo apenas como uma análise de conjuntura, mas como uma confirmação de suas teses defendidas há pelo menos três décadas (BORJA, 2018). Na obra, o autor vai confrontar o que ele chama de teoria consagrada da revolução brasileira, leia-se: a teoria da revolução do PCB. Para Caio Prado Jr., a esquerda brasileira teria incorrido em erros teóricos e conceituais ao interpretar a formação do nosso país. Isso porque, de acordo com ele, a esquerda do país inspirada nas teses do PCB entendia que existia um programa revolucionário fechado e único através do qual diferentes países eram analisados.

Em seu livro, Caio Prado Jr. associa os proprietários de terra no Brasil não com senhores feudais e os trabalhadores do setor agrário não com camponeses, mas compreende tais agentes sociais e econômicos como figuras articuladas com dinâmicas gerais do capitalismo europeu. Desse modo, “Caio Prado Jr. mantém a convicção de que a colonização brasileira teria se originado do impulso capitalista da expansão comercial europeia e que não havia motivo para se falar em feudalismo no Brasil” (BORJA, 2018). De forma que, mesmo com o processo de emancipação política ocorrida no Império e ainda no processo republicano, o Brasil ainda permaneceria situado no espectro do velho por seu sentido ser o da colonização. Ao invés de “restos feudais”, existiria no país “restos escravistas”, como bem demonstra o autor em sua tese “História e Desenvolvimento” escrita para concorrer à cátedra de história da Universidade de São Paulo<sup>2</sup>, escrita em 1968. Nela, ele demonstra que, da mesma forma que os senhores não estavam preocupados com a alimentação dos escravizados, tão pouco os capitalistas industriais se preocupam com a reprodução da vida dos seus trabalhadores assalariados.

Para Caio Prado Jr, o velho, portanto, seria as permanências dessa maneira de agir da burguesia, que não diz respeito à uma mentalidade aventureira, cordial ou ibérica, mas da sua posição concreta nas relações de produção global, na qual o Brasil estaria situado em uma condição dependente e colonial. É na atualização da lógica colonial, através de novos procedimentos e novos contextos, que estão as raízes do velho no Brasil:

Mesmo após alcançar a independência política de Portugal, o Brasil teria imediatamente se colocado na condição de dependência da Inglaterra, através do liberalismo no século 19. Já no século 20, no contexto da República e da afirmação da dominação dos EUA, seria o sistema colonial perpetuado pela ação do imperialismo, controlando os rumos da industrialização brasileira. Assim, para o autor, a industrialização por substituição de importações se apresentava frágil, ora ameaçada por um retorno ao típico modelo de exportação primária, ora manejada pelos interesses do imperialismo (BORJA, 2018, p. 6).

---

<sup>2</sup> O referido foi concurso cancelado em decorrência do Ato Institucional número 5.

Por sua vez, o advento do novo ocorre com a substituição do sistema colonial e sua economia voltada para o atendimento das demandas externa por uma economia nacional que procura abastecer o mercado interno. Ambas as categorias constituem o centro das contradições entre o velho e o novo em Caio Prado Jr. Ricupero afirma que nas ideias do autor há a percepção de que “passado e presente convivem lado a lado” (RICUPERO, 2011, p. 420). É necessário superar um passado em nosso país, mas um passado colonial e não feudal, ao contrário do que sustentavam teses consagradas entre a esquerda do país. “A negação desse passado deveria vir da constituição de uma verdadeira nação, que superasse em definitivo a colônia” (RICUPERO, 2011, p. 421-422), ou seja, é na formação de um país que se volta economicamente, politicamente e culturalmente para si mesmo que está o novo que precisa emergir no Brasil.

Para Ferreira (2008), a contradição entre economia colonial e nacional não possui “um caráter apenas descritivo” (FERREIRA, 2008, p. 501), já que “elas implicam não só um esforço de compreensão factual do curso da história brasileira, mas também um posicionamento político em relação a esse acontecer” (FERREIRA, 2008, p. 502). Do ponto de vista normativo, Caio Prado Jr. sustenta que o dinamismo da sociedade, sua transformação e a inauguração do novo seriam decorrentes de uma economia capaz de “definir um centro próprio, que não tivesse a reboque de uma dinâmica externa” (FERREIRA, 2008, p. 503), que se torna, nesse sentido, genuinamente nacional. Com isso, o Brasil abriria novos caminhos rumo a um futuro em que a organização social e econômica se voltaria para o desenvolvimento da economia nacional, tendo como sentido o desenvolvimento da própria sociedade à qual está atrelada.

No entanto, ocorre a permanência de resistências decorrentes da sociedade colonial. O “sentido da colonização” assombra o desenvolvimento pleno dessa economia nacional. Velho e novo habitam o mesmo espaço social e político no Brasil. Os obstáculos que impedem o Brasil de se tornar uma nação que se volta para si sobrevivem em nossa vida social e econômica. Mesmo que o Brasil já não seja dependente exclusivamente da exportação, de forma

paradoxal, ela mantém sua primazia “e retém assim a economia brasileira dentro de seu velho e aparentemente ultrapassado enquadramento colonial” (PRADO JR., 2014, p. 92). Caio Prado Jr. identifica na relação com o resto do mundo, sua orientação colonial, o sentido da colonização que o velho que está presente no Brasil. Por sua vez, é na autonomia do país através do estabelecimento de uma nação que o Brasil terá seu encontro com o novo. Existe um “processo geral que vai do Brasil colônia de ontem ao Brasil nação de amanhã” (PRADO JR, 2014, p. 83).

Com isso, percebe-se o esforço do autor de associar os dilemas brasileiros à posição ocupado pelo país nas relações capitalistas internacionais. O mérito dessa análise está em entender que a sociedade brasileira faz parte de um todo mais complexo em que países são explorados na articulação com um mercado global. No entanto, falta no autor uma visão que consiga trazer um protagonismo maior para as massas constitutivas do setor orgânico que o autor apresenta. Elas aparecem em seu texto como desprovidas de capacidade de ação e articulação diante de uma estrutura escravocrata que retira qualquer voz que poderia ter. Em sua obra, os escravizados responsáveis pela organização da economia brasileira são explorados de tal forma que não conseguem fazer frente ou resistência a maneira como o país procura se organizar. Análises como as de Clóvis Moura, Lélia Gonzáles e Décio Saes tem sido bem-sucedidas em destacar o quão ativas foram as massas subalternas na história do país que nunca se mantiveram passivas nos processos de transformação social, mas pressionavam, através de diversas estratégias de resistência, as elites econômicas e políticas por mudanças. Tais processos me parecem escanteados nas análises de Caio Prado Jr.

### *Conclusão*

As contradições entre transformação e permanência, ruptura e continuidade, velho e o novo estão muito presentes no percurso histórico brasileiro, e se revelam, por vezes, de maneira mais acentuada a depender da conjuntura que o país enfrenta. Vimos neste artigo como intérpretes clássicos de

nossa realidade social, histórica e político analisaram tais processos nas situações particulares em que escreviam suas obras. Sérgio Buarque identifica o atraso brasileiro associado a uma cultura rural, patriarcal, cordial e aventureira oposta à modernidade impessoal, burocrática e urbana. Esse passado constituiria a identidade nacional e, por isso, sua superação seria complexa e não se daria a partir da incorporação de ideais estranhos a nós. Mas é no avanço do urbano frente ao rural, através de uma revolução vertical já em curso, que estariam localizadas as possibilidades de superação do problema brasileiro.

Caio Prado Jr. avança bastante, com relação à obra de Sérgio Buarque de Holanda, ao mostrar que a dinâmica entre o velho e o novo se associa a contradições estruturais, que atravessam a longa história do Brasil. É na articulação do país com as dinâmicas capitalistas mundiais através do sentido da colonização que estão situados nossos principais desafios. O Brasil desde sua formação se articula em uma lógica internacional, associada primeiro à busca de novas rotas para o comércio com a Ásia, depois à extração de riquezas de uma colônia com enorme potencial agrário e posteriormente a forças imperialistas que buscavam acumulação de capital a partir de novas lógicas. Esse aspecto velho que faz com que o Brasil não consiga entrar na novidade, que seria a de uma nação estabelecida que se volta política, social e economicamente para seus interesses próprios. A força motriz dessas transformações, na aposta do historiador paulista, seria promovida, entre outros agentes, pelos setores inorgânicos de nossa vida social. Com isso, é possível perceber que em ambos os autores há uma passagem do velho para o novo no Brasil, mas esse novo continua mantendo aspectos de um velho país – que cada autor identifica de formas diferentes – ainda não superado.

A obra dos autores apresenta perspectivas diferenciadas a respeito do contraste entre o velho e novo. No entanto, se aproximam ao tentar pensar o Brasil a partir da chave passado, presente e futuro ao demonstrar as mazelas existentes em um passado que precisa ser superado. Além disso, é possível perceber equivalências quando apontam ser o país uma sociedade ambivalente em que o novo e o velho convivem de forma concomitante sempre transitando



de uma chave para a outra: uma modernidade que chega, conservando elementos de uma ordem social que insiste em preservar. É apenas no século XIX que por razões estruturais desassociadas a cultura nacional ou ao caráter ativo do povo brasileiro que mudanças chegam obrigando o Brasil a lidar com suas contradições que pareciam não se manifestar ao longo de séculos de colonização.

As massas exploradas tampouco participam, isso para os dois autores, como protagonistas da inserção no Brasil no novo: seja uma modernização racional ou uma economia nacional voltada para o atendimento de demandas internas. Sendo assim, suas visões sobre o velho e o novo demonstram aspectos das construções teóricas de um período em que autores com capacidade crítica apresentavam suas visões a respeito das ambivalências das mudanças sociais brasileiras sem que com tudo fosse devidamente valorizado a presença dos agentes capazes de transformar a realidade tendo em vista sua agência ao longo de toda a história nacional, qual sejam, as camadas mais exploradas e desfavorecidas da história brasileira.

### Referências

BASTOS, Elide Rugai. *Um livro entre duas Constituintes*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Ed. crítica, São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 405-410.

BORJA, Bruno. História e Revolução na interpretação marxista de Caio Prado Jr. In: Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias, 18, 2018, Niterói. **Anais [...]**. Niterói (RJ): UFF, 2018.

BOTELHO, André; HOELZ, Maurício. **O modernismo como movimento cultural**: Mário de Andrade, um aprendizado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

BOTELHO, André. **O retorno da sociedade**: política e interpretação do Brasil. Petrópolis: Vozes, 2019.

BOTELHO, André; BRASIL JR, Antônio. Primos entre si? Rural e urbano em *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Ed. crítica, São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 411-417.

CANDIDO, Antônio. A sociologia no Brasil. In: **Enciclopédia Delta Larousse**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964. tomo IV. p. 2107-23.

CANDIDO, Antônio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Ed. crítica, São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 355-370.

CASTRO, Corado Pires. A “eterna juventude” de um clássico. **Raízes do Brasil**. Ed. crítica, São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 419-429.

EUGÊNIO, João Kennedy. **Ritmo espontâneo**: Organicismo em *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Teresina: EDUFPI, 2011.

FELDMAN, Luiz. Contraponto e revolução em *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Ed. crítica, São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 439-447.

FERREIRA, Bernardo. Do Brasil colônia de ontem ao Brasil nação de amanhã: "revolução da independência" e história do Brasil em Caio Prado Jr. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 489–509, 2008.

FREITAS, Renan Springer. Weber e o advento do novo. **Dados**, v. 53, n. 2, p. 337–365, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Ed. crítica, São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MELO, Alfredo Cesar. Mudanças em ritmo próprio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Ed. crítica, São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MONTEIRO, Pedro Meira; SCHWARCZ, Lilian Moritz. Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Ed. crítica, São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 11-26.

NOVAIS, Fernando. De volta ao homem cordial. In: NASCIMENTO, Milton Meira (Org). **Jornal de Resenhas**, v. 1. São Paulo: Discurso Editorial, 2001, p. 38.

PEREIRA, Evelyne; BARROSO, Milena Fernandes. Setores orgânico e inorgânico na formação social brasileira em Caio Prado Jr. **Em Pauta**: Rio de Janeiro 2º Semestre, 2016. n. 38, v. 14, p. 39-62.

PRADO JR., Caio. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Boitempo, 2021.

PRADO JR., Caio. **A Revolução brasileira e a questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RICUPERO, Bernardo. História e política em *Formação do Brasil contemporâneo*. In: PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROCHA, João Cezar de Castro. Raízes do Brasil: Biografia de um livro problema. In: MARRAS, Stelio (Org). **Atualidade de Sergio Buarque de Holanda**. São Paulo, 2012, p. 28.

ROIO, Marcos del. Capitalismo e revolução em Caio Prado Jr. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol. 20, n. 36, p. 10-23, jan/jun, 2016.

**Recebido em:** 16 de junho de 2025

**Aceito em:** 4 de agosto de 2025